

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
População mais vulnerável	Antecipação da primeira parcela do 13º de aposentados e pensionistas do INSS para abril .	
	Antecipação da segunda parcela do 13º de aposentados e pensionistas do INSS para maio .	
	Valores não sacados do Pis/Pasep serão transferidos para o FGTS para permitir novos saques.	
	Antecipação do Abono Salarial para junho.	MP 927, de 22 de março de 2020 – medidas trabalhistas
	Antecipação do pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a portadores de deficiência que aguardam perícia do INSS	
	Reforço ao programa Bolsa Família: suspensão de bloqueios e averiguação cadastral para inclusão de mais de 1 milhão de pessoas no programa.	Ministério da Cidadania Portaria nº 335, de 20 de março de 2020
	Voucher de R\$ 200 para trabalhadores informais e autônomos , por 3 meses	
	Redução do teto de juros do consignado , aumento da margem e do prazo de pagamento.	
Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) .	Ministério da Cidadania Portaria nº 330, de 18 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Manutenção de empregos	Medidas trabalhistas para preservação do emprego e da renda <ul style="list-style-type: none"> - suspensão, por 3 meses, do pagamento do FGTS: art. 19 - ampliação do prazo de validade da Certidão Negativa de Débito (CND): art. 47 	MP 927, de 22 de março de 2020 – medidas trabalhistas
	Suspensão, por 3 meses, da parcela da União no pagamento do Simplex Nacional .	Secretaria Especial da Fazenda - ME Resolução nº 152, de 18 de março de 2020
	Ampliação do crédito de R\$ 5 bilhões do PROGER/FAT para Micro e Pequenas Empresas com a criação da linha Proger Urbano Capital de Giro.	Conselho Deliberativo do FAT – ME Resolução nº 850, de 18 de março de 2020
	Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses.	
	Redução da taxa básica de juros, Selic , de 4,25% para 3,75%.	Decisão anunciada pelo COPOM, 18 de março de 2020
	Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União.	Ministério da Economia Portaria nº 103, de 17 de março de 2020
	Condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União.	PGFN Portarias nº 7.820 e 7.821, de 18 de março de 2020
	Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito.	Banco Central Resolução nº 4782, de 16 de março de 2020
	Apoio às empresas de aviação civil (suspensão temporária do pagamento das contribuições pagas nos aeroportos privatizados e 12 meses para realizar reembolso aos passageiros).	MP 925, de 18 de março de 2020 – medidas emergenciais para a aviação civil brasileira
Facilitar, antes do desembarque, o desembaraço de insumos e matérias primas industriais importadas.		

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Combate a pandemia	Orçamento extra para aquisição de equipamentos e insumos hospitalares.	MP 924, de 13 de março de 2020 – crédito extraordinário no valor de R\$ 5 bilhões
	Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS.	
	Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar (<i>até setembro de 2020</i>).	Câmara de Comércio Exterior – ME Resolução nº 17, de 17 de março de 2020
	Desoneração temporária de IPI sobre bens produzidos internamente e importados que sejam necessários ao combate do Covid-19.	Presidência da República Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020
	Suspender a prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias.	INSS Portaria nº 373, de 16 de março de 2020
	Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar.	Receita Federal Instrução Normativa nº 1.927, de 17 de março de 2020
	Controle de exportação para evitar o desabastecimento de produtos de combate COVID-19.	SECEX Portaria nº 16, de 18 de março de 2020
	Suspensão da exigência de licenciamento de importação para tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo e de seringas descartáveis de uso geral dos países que especifica.	Câmara de Comércio Exterior – ME Portaria nº 18, de 20 de março de 2020
	Fechamento das fronteiras com a Venezuela e o Uruguai.	Casa Civil - Presidência de República Portarias nº 120 e 132, de março de 2020
	Fechamento das fronteiras por 15 dias com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 125, de 19 de março de 2020
Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via aérea, de estrangeiros provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Comunidade da Austrália, Japão, Malásia e Coreia.	Casa Civil - Presidência de República Portaria nº 126, de 19 de março de 2020	

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Outras medidas adotadas	Reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020.	Decreto Legislativo nº 6/2020
	Garantir o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais .	MP 926, de 20 de março de 2020 – procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos da emergência de saúde pública.
	Definição dos serviços públicos e das atividades essenciais .	Presidência da República Decretos nº 10.282 e 10.288, de março de 2020
	Tabelamento do frete – suspensão do CIOT e prorrogação da validade dos certificados do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.	ANTT Resolução nº 5.876, de 20 de março de 2020
	Prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do valor mínimo de R\$ 500,00 para início de parcelamento de dívidas com a Fazenda Nacional .	RFB/PGFN Portaria Conjunta nº 541, de 20 de março de 2020
	Condições extraordinárias para os serviços regulamentados de avaliação da conformidade .	INMETRO Portaria nº 99, de 20 de março de 2020
	Prorroga a validade dos certificados de verificação que estão para vencer no período de estado de emergência.	INMETRO Portaria nº 101, de 20 de março de 2020
	Suspensão da compulsoriedade da certificação de suprimentos médico hospitalares .	INMETRO Portaria nº 102, de 20 de março de 2020
	Suspensão de procedimentos administrativos no âmbito da Receita Federal até 29 de maio de 2020.	RFB Portaria nº 543, de 20 de março de 2020
Prorrogação, por 90 dias, da validade das certidões negativas de débitos federais	RFB/PGFN Portaria Conjunta nº 555, de 23 de março de 2020	



MEDIDAS EMERGENCIAIS ANUNCIADAS PELO GOVERNO FEDERAL

Acompanhamento da implementação

Atualizado em 24 de março de 2020, 15:20

	MEDIDA EMERGENCIAL	INSTRUMENTO NORMATIVO
Outras medidas adotadas	Sistema Financeiro - redução das alíquotas dos compulsórios sobre depósitos a prazo (de 25% para 17%).	BACEN Circular nº 3.993, de 23 de março de 2020